



A ALCÁÇOVA DE SANTARÉM E OS FENÍCIOS NO ESTUÁRIO DO TEJO

Ana Margarida Arruda

As extensas e prolongadas escavações que desde há anos se têm desenvolvido na Alcáçova de Santarém permitiram constatar que a ocupação humana daquele espaço remonta à Idade do Ferro. Por outro lado, tornou-se inquestionável que esta Idade do Ferro só pode ser compreendida no contexto da colonização fenícia ocidental.

De facto, os materiais arqueológicos recolhidos nos níveis correspondentes a esta ocupação estão imbuídos de um profundo orientalismo, quer em termos formais e decorativos, quer funcionais, características que não podem ser interpretadas no quadro de um processo local ou regional. Torna-se também necessário começar por dizer que as influências orientais chegaram ao local num momento relativamente precoce da colonização fenícia do Ocidente, facto atestado não só pelas morfologias de algumas cerâmicas, como também pelas datações radiométricas obtidas para o início da ocupação da Idade do Ferro.

Os dados recolhidos em Santarém, associados a outros provenientes de escavações arqueológicas efectuadas em outros locais do estuário e baixo vale do Tejo, nomeadamente: Lisboa (Amaro, 1993; Arruda, Freitas e Vallejo Sanchez, 2000; Arruda, 2002), Outorela - Oeiras (Cardoso, 1990), Moinhos da Atalaia - Amadora (Pinto e Parreira, 1978), Freiria - Cascais (Cardoso e Encarnação, 2000), Almaraz - Almada (Barros Cardoso e Sabrosa, 1993), S. Eufémia - Sintra (Marques, 1982-83), S. João - Torres Vedras (Veiga e Trindade, 1965), demonstram que o povoamento da região durante o I milénio a.C. foi profundamente influenciado pela presença constante de populações orientais.

No início do I milénio a.C., populações com origem na faixa sírio/palestina fundaram colónias na região do estreito de Gibraltar. Essa instalação de populações exógenas na área meridional da Península Ibérica está bem atestada do ponto de vista arqueo-

lógico, e as datações que a arqueometria tem proporcionado fornecem contornos, cada vez mais nítidos, às informações dos textos clássicos sobre a colonização fenícia do Extremo Ocidente. Se a cronologia que podemos inferir da leitura dos autores clássicos para a fundação de *Gadir* (século XII) é ainda demasiado recuada frente aos dados arqueológicos, o facto é que no território da actual cidade de Cádiz e ainda na orla mediterrânea a ocidente do Estreito de Gibraltar são múltiplos os testemunhos de uma colonização fenícia em larga escala, cujo início pôde ser datado, pelo carbono 14, entre o final do século X e o início do século IX a.C..

Ninguém hoje duvida que foram os recursos da Península Ibérica que determinaram que ela se tivesse constituído como local privilegiado da colonização fenícia, apesar de haver divergências sobre que recursos foram efectivamente determinantes nessa escolha. De facto, se tradicionalmente a riqueza mineira do Sul peninsular foi sempre valorizada, as potencialidades agrícolas do vale do Guadalquivir podem, segundo alguns autores, ter atraído populações, que aqui procuram resolver uma crónica desproporção entre população e recursos alimentares existente nas cidades fenícias, e muito especialmente em Tiro.

Os dados que as escavações arqueológicas no território actualmente português forneceram permitiram verificar que, pelo menos a partir dos finais do século IX a.C., os fenícios instalados na região de Cádiz iniciam contactos sistemáticos com outros territórios e alcançam a fachada ocidental portuguesa. Tudo indica que o estuário do Tejo terá sido o local pioneiro desses contactos. De facto, é de Santarém e do Claustro da Sé de Lisboa que são provenientes os mais antigos materiais que podem relacionar-se com as viagens que os fenícios ocidentais efectuaram ao ocidente da Península Ibérica, a partir do final do século IX a.C.

Na Alcáçova de Santarém, muitos são os elementos que confirmam esta situação, não havendo dúvidas sobre a precocidade e a intensidade das relações estabelecidas entre o baixo vale do Tejo e os imigrantes levantinos.

A Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém está, realmente, imbuída de um profundo orientalismo, orientalismo esse consubstanciado num conjunto artefactual muito característico e em técnicas de construção específicas do mundo oriental.

Nos trabalhos de campo, recolheram-se milhares de fragmentos cerâmicos cuja tecnologia, morfologia e decoração evidenciam o seu carácter exógeno (Arruda, 1993; 2002). A cerâmica de engobe vermelho, a cerâmica pintada, a cerâmica cinzenta e as ânforas não podem ser lidas no contexto de uma qualquer evolução local. Encontradas em grandes quantidades nos níveis inferiores da Alcáçova, revelam evidentes afinidades com os espólios das colónias fenícias do litoral meridional espanhol, onde têm os seus melhores paralelos.

É importante destacar que a totalidade destes produtos era fabricada a torno, parecendo claro que, pelo menos na região, a introdução da roda de oleiro pode ser atribuída aos fenícios. A cobertura de alguns vasos cerâmicos por um engobe espesso, de cor vermelha e que adquire, por polimento ao torno, um aspecto acetinado é também uma inovação a ter em conta nesta discussão, bem como aliás as morfologias dos vasos que recebem esse mesmo engobe. Trata-se, maioritariamente, de pratos de bordo muito



Alcáçova de Santarém

largo e ainda taças carenadas, cuja presença deve traduzir novos hábitos alimentares. Os chamados *pitthoi* (vasos de grandes dimensões, fechados, com duas ou quatro asas, muito possivelmente destinados ao armazenamento) são outra das formas cerâmicas que ajudam a desenhar o quadro das relações da Alcáçova de Santarém com os colonos fenícios peninsulares. Trata-se de vasos cujo modelo se deve procurar no Mediterrâneo Oriental, e que ocorrem, exclusivamente, em áreas em que a colonização está atestada, nomeadamente em Cartago, Ibiza, Sicília Ocidental, Sardenha e, na região de Cádiz. No caso dos *pitthoi* de Santarém, a sua decoração, pintada em bandas vermelhas e negras, associada à morfologia e à tecnologia utilizada no seu fabrico (o torno), facilita o seu enquadramento no universo mediterrâneo.

As ânforas dos níveis sidéricos *scallabitanos* mostram que os produtos alimentares foram importados das colónias fenícias da região de Cádiz, o que evidencia o nível de relações entre as duas áreas.

Muito característica dos sítios fenícios ocidentais é a chamada cerâmica cinzenta, que na Alcáçova de Santarém surge em quantidades apreciáveis, reproduzindo as formas dos povoados da região meridional espanhola.

A Alcáçova de Santarém ofereceu ainda artefactos cerâmicos directamente relacionados com a prática da actividade metalúrgica. Trata-se de recipientes destinados à preparação de copelas que indicam que a metalurgia da prata foi praticada no local. Também parece evidente que o processo de copelação foi importado, e que essa importação terá tido como principal protagonista a população levantina que então frequentava as águas do estuário do Tejo.

Nos níveis correspondentes à Idade do Ferro, pode também recolher-se contas de colar de pasta vítrea, algumas das quais decoradas com círculos brancos. A origem dos modelos e da tecnologia deve ainda ser procurada no exterior do contexto peninsular.

Na Alcáçova de Santarém, as habitações da Idade do Ferro têm plantas rectangulares, as suas paredes foram construídas com tijolos de adobe erguidas sobre alicerces de pedra, e os pavimentos eram de argila. A arquitectura dos espaços domésticos é pois outro elemento que acentua a tonalidade mediterrânea do sítio.

Da região do baixo vale do Tejo são também provenientes outros dados que convergem para considerar que a frequência, e eventualmente instalação, de populações com origem no Mediterrâneo Oriental foi determinante num amplo conjunto de mudanças ocorridas no início da Idade do Ferro. Falo, concretamente, dos resultados das análises polínicas efectuadas no Paul dos Patudos, em Alpiarça, (Leeuwaarden e Janssen, 1985). Os pólenes e as datações de rádio carbono para a sequência estratigráfica evidenciaram que, entre os finais do século IX e os meados do século VIII a.C., a paisagem natural sofre alterações significativas, tendo-se passado de uma floresta aberta, para uma paisagem de tipo estepe (*ibid.*). Os elementos florestais descem de valor, aumentando consideravelmente a área não arborizada, que passa a ser consideravelmente extensa (*ibid.*). É seguro que esta alteração na paisagem foi provocada pela acção do homem, que terá tido necessidade de efectuar um processo de desflorestação que permitisse áreas mais vastas para prática agrícola.

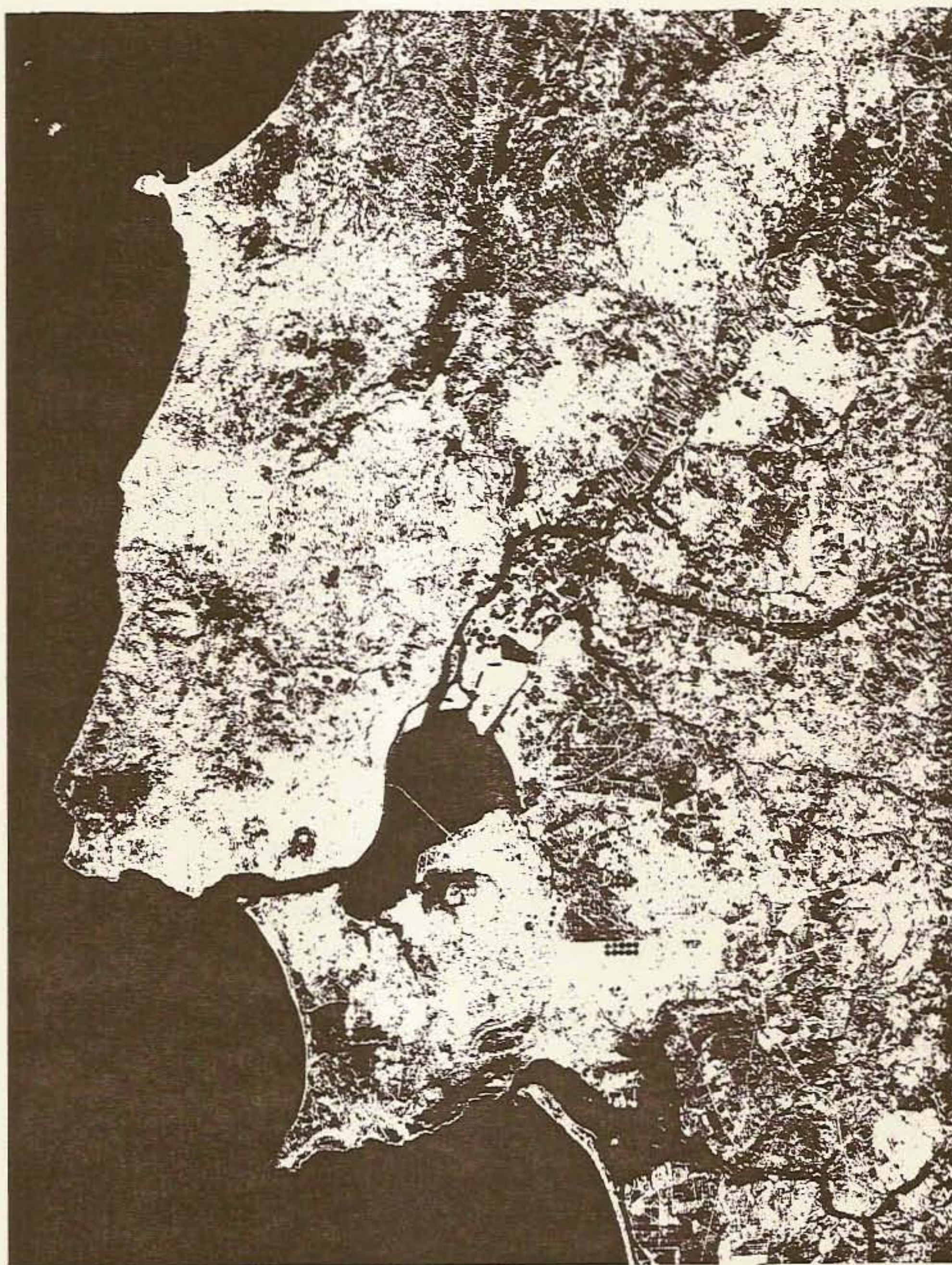
Muito interessante é verificar que neste mesma altura, justamente quando a área não arborizada apresenta áreas consideráveis, os pólenes de vinha são, pela primeira vez, muito altos (33%). Apesar de as análises efectuadas não terem sido conclusivas a esse respeito, e de ter ficado claro que a vinha selvagem existia na região desde há muito, os autores admitem que, na primeira metade do I milénio a.C., os numerosos pólenes identificados podem já corresponder a *vitis* cultivada, e não selvagem (*vitis sylvestris*), tendo acentuado a sua elevada presença (*ibid.*).

As mesmas análises polínicas permitiram ainda verificar que é também nesta época que se registam os primeiros pólenes de *Olea* (*ibid.*).

Também em Almaraz - Almada (Cardoso, Barros e Sabrosa, 1993) e em níveis correspondentes ao século VII a.C., em cronologia radiométrica, foram recolhidas numerosas grânhas de uva (Barros, 1998), o que prova o plantio de vinha na região, a partir desse momento. Os elementos de Almaraz sugerem que as uvas correspondentes a estas grânhas foram consumidas frescas ou em forma de passa e não serviram para produzir vinho, o que não significa que essa produção não tenha ocorrido.

A informação disponibilizada pelas análises polínicas do Paul dos Patudos e pela carpologia de Almaraz não é afinal distinta da que se tem vindo a verificar em outras áreas onde a colonização fenícia ficou evidenciada.

Também na costa de Málaga, concretamente em Cerro del Villar (Aubert *et al.*, 1999), o momento da chegada de populações orientais ficou marcado por um extenso processo de desflorestação e conseqüentemente por uma diminuição da área arborizada. Os dados obtidos na foz do rio Guadalhorce são bem eloquentes desta situação, parecendo óbvio que as novas instalações humanas implicaram o aumento da área cultivada (*ibid.*). É, também, aqui evidente a forma como, entre os séculos VIII e VI a.C., se consolidou o plantio da vinha.



No Castillo de Doña Blanca - Puerto de Santa Maria, Cádiz., a situação parece semelhante. As análises carpológicas realizadas mostraram a importância da vinha cultivada, em todas as fases de ocupação deste importante sítio fenício andaluz, e, ainda igualmente, a presença da oliveira apenas a partir da II fase de ocupação, datada a partir de meados do século VII a.C. (Chamorro, 1994).

É, pois, impossível não relacionar a introdução do plantio da vinha no vale do Tejo com a chegada de populações orientais à região, o que se traduz na aquisição de novos hábitos alimentares e também sociais.

Os dados que os trabalhos arqueológicos realizados na Alcáçova de Santarém proporcionaram, associados a outros provenientes do estuário e baixo vale do Tejo, trans-

mitem a imagem de um sítio fortemente orientalizado, onde a grande maioria dos vestígios desse orientalismo não resulta apenas da actividade comercial, mas do assumir plena e localmente de hábitos de consumo, práticas agrícolas e formas, tecnologias e decorações cerâmicas que não têm origem nem na região, nem no Sudoeste peninsular. Creio que é portanto de admitir, como muito provável, a presença, em Santarém, de populações exteriores ao território do estuário do Tejo, populações essas que podem ter tido origem nos sítios fenícios da área do Estreito de Gibraltar. Gostaria de deixar claro que existem determinadas tecnologias que dificilmente podem ser apreendidas sem um conhecimento directo. A roda de oleiro, a obtenção e colocação de engobes, a pasta vítrea, a domesticação da vinha, por exemplo, não são tecnologias que possam dominar-se apenas através da observação dos objectos já manufacturados. Tão pouco são conhecimentos que podem transmitir-se oralmente enquanto se procede a uma qualquer troca de produtos. Apesar de sabermos que não são técnicas transcendentais, parece óbvio que o *know how* só pode ser apreendido através da observação e, sobretudo, da prática directa, o que obviamente pressupõe a permanência de indivíduos que dominem já essas tecnologias.

Se não duvido que alguns materiais cerâmicos recolhidos na Alcáçova de Santarém possam resultar da actividade comercial, o certo é que me parece indesmentível que a grande maioria da cerâmica dita orientalizante foi fabricada na área imediata de Santarém, segundo modelos externos, concretamente pertencentes ao mundo fenício.

As características orientais de que a Idade do Ferro de Santarém se revestiu têm de ser relacionadas com a posição geográfica que o sítio ocupa no território actualmente português. A presença de fenícios no local e a actividade comercial que aqui se desenvolve só pode ser compreendida se tivermos em consideração que o sítio se localiza no fim de um largo estuário, exactamente em área onde pode dinamizar e rentabilizar o acesso ao interior. Ponto de charneira entre o litoral e o interior parece óbvio que Santarém tinha excelentes condições para promover essas dinamização e rentabilização e também para armazenar e transformar o estanho e até o ouro da Beira e, posteriormente, controlar o seu escoamento para o Atlântico e Mediterrâneo.

Perante os dados que atrás enunciei, e dos que resultaram das escavações da Sé de Lisboa e de Almaraz, não podem restar dúvidas sobre a intensidade e a precocidade da presença fenícia no estuário do Tejo durante a Idade do Ferro. De facto, as realidades detectadas em Almaraz, Lisboa e Santarém, a que se podem acrescentar também os dois escaravinhos encontrados em Porto de Sabugueiro, Muge (Pereira, 1975), são eloquentes desta situação e todos os dados se conjugam no sentido de se poder defender, sem reservas, que a região foi, a partir do século IX a.C., frequentada por populações de origem oriental, que aqui aportavam para comerciar os seus produtos, e mesmo para se instalar. O comércio desenvolvido e a instalação de populações exógenas originou profundas mudanças ao nível tecnológico, que tiveram certamente consequências na economia e na organização social e política da região.

Também parece seguro defender que a presença destas populações se deve relacionar com a actividade comercial e que esse comércio teria por base os recursos metalíferos que a área podia proporcionar. Não vejo, realmente, como se poderá explicar a existência de uma tão grande quantidade de materiais arqueológicos de filiação orien-

talizante em Santarém, sítio localizado muito a montante no estuário, a não ser pela forma como este sítio podia controlar e dinamizar o escoamento do estanho das Beiras para a região do Estreito. As evidências da prática da metalurgia da prata na Alcáçova de Santarém é outro importante dado a ter em consideração no que se refere aos recursos que justificaram a frequência dos contactos entre a fachada ocidental portuguesa e a bacia do Mediterrâneo.

Por outro lado, nunca é demais lembrar as múltiplas referências dos autores clássicos à riqueza aurífera das areias do Tejo, de que a mais divulgada continua a ser a de Plínio-o-Velho «O Tejo é famoso pelas suas areias auríferas» (IV, 115). Como, há pouco tempo, lembrou João Luís Cardoso (1995, 53-54) as areias pliocénicas a Sul do Tejo foram exploradas na Idade Média, exploração essa que no século XIX fornecia ainda quantidades apreciáveis de ouro. Frisar, uma vez mais, que o topónimo árabe *Al-Madan* significa mina, parece agora importante.

O sal e outros produtos, nomeadamente os agro-pecuários, podem, pois, considerar-se como o complemento dos recursos mineiros que certamente estiveram na base desta «colonização», que, como já atrás disse, significou certamente a instalação de populações exteriores à região e mesmo ao território actualmente português.

Não deixa de ser interessante verificar que esta Idade do Ferro orientalizante se concentra ao longo do curso do rio e nas áreas imediatamente anexas. Apesar do desconhecimento e da escassez de dados para a região estremenha em geral, penso que é legítimo afirmar que «castros» da Idade do Ferro, como a Ota, Pragança, Rocha Forte e São Salvador, entre outros, não foram tocados por qualquer orientalismo, apesar de em alguns deles a ocupação humana remontar ao Bronze Final, e mesmo a épocas anteriores, como o Calcolítico.

Parece também importante registar que muitos povoados, de dimensão considerável e implantados em cotas altas, datados do Bronze Final e localizados na região de Lisboa, parecem ter sido abandonados no início da Idade do Ferro, como é o caso do Cabeço dos Moinhos em Mafra e do Castelo dos Mouros em Sintra.

Como é óbvio, só um conhecimento prévio da região e contactos anteriores com a população indígena pode justificar o intenso comércio com a área do «Círculo do Estreito» e mesmo a instalação de fenícios ocidentais no vale do Tejo. A escassez de dados impede-me de avançar com propostas concretas sobre quais eram esses sítios ribeirinhos com quem os fenícios ocidentais negociaram aquela instalação. A ocupação da Idade do Bronze Final de Almaraz é, no entanto, um dado a reter nesta problemática, e a existência de níveis arqueológicos desta mesma época na colina do Castelo, em Lisboa, merece confirmação. Os ténues indícios (encontrados em escassos metros quadrados) de que a Alcáçova de Santarém pode ter estado ocupada no final da Idade do Bronze obriga a que os novos trabalhos de arqueologia que irão decorrer no sítio os tomem em consideração.